



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA FERNANDA SOUSA LIMA

**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA
SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

CAMPINA GRANDE

2024

MARIA FERNANDA SOUSA LIMA

**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA
SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Area de concentração: Educação

Orientador: Prof. Livânia Beltrão Tavares

CAMPINA GRANDE – PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732d Lima, Maria Fernanda Sousa.
Dificuldade de aprendizagem e a inclusão [manuscrito] :
uma perspectiva sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)
/ Maria Fernanda Sousa Lima. - 2024.
22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Transtorno do Espectro Autista - TEA. 2. Prática
pedagógica . 3. Inclusão. 4. Processo ensino-aprendizagem. I.
Título

21. ed. CDD 371.9

MARIA FERNANDA SOUSA LIMA

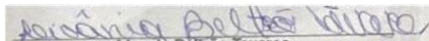
**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA
SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduanda em Pedagogia.

Area de Concentração: Educação

Aprovada em: 26/03/2024

BANCA EXAMINADORA



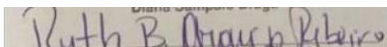
Profa. Livânia Beltrão Tavares (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Diana Sampaio Braga

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Para isso existem as
escolas: não para
ensinar as respostas,
mas para ensinar as
perguntas. As
respostas nos
permitem andar
sobre a terra firme.
Mas somente as
perguntas nos
permitem entrar pelo
mar desconhecido.”

Rubem Alves

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	DESENVOLVIMENTO	8
3	CONCLUSÃO.....	20
	REFERÊNCIAS.....	21

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Maria Fernanda Sousa Lima*
Livânia Beltrão Tavares**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo, ressaltar as características do Transtorno do Espectro Autista e relaciona-la com a dificuldade de aprendizagem e o papel que o docente exercerá na inclusão da criança. Dessa forma, buscamos trazer em nosso trabalho uma pesquisa direta e objetiva sobre a forma como o professor pode ser mediador nesse processo de ensino e aprendizagem do indivíduo Autista, auxiliando o no desenvolvimento de suas habilidades e o estimulando a buscar seu protagonismo e autonomia, com base na teoria do Desenvolvimento de Vygotsky, através de uma análise bibliográfica. Com o fim da pesquisa, pudemos ter como resultado um entendimento maior sobre a prática pedagógica inclusiva e uma nova perspectiva sobre o professor incentivador.

Palavras-Chave: Autismo; aprendizagem; desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to highlight the characteristics of Autism Spectrum Disorder and relate it to learning difficulties and the role that the teacher will play in the child's inclusion. In this way, we seek to bring into our work a direct and objective research on how the teacher can be a mediator in this teaching and learning process for the Autistic individual, helping them to develop their skills and encouraging them to seek their protagonism and autonomy, with based on Vygotsky's Development theory, through a bibliographical analysis. With the end of the research, we were able to have a greater understanding of inclusive pedagogical practice and a new perspective on the encouraging teacher

Keywords: Autism; learning; development

* Graduanda do Curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande–PB: Fernanda.lima200502@gmail.com.

** Professora do departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande-PB;.

1 INTRODUÇÃO

A temática da inclusão social, como um todo, vem se tornando palco de inúmeras discussões e levando-nos a uma reflexão pertinente sobre o nosso papel, enquanto sociedade, diante dessa realidade. Em se tratando da inclusão escolar não foi diferente, está sendo amplamente debatida e questionada em todos os contextos. Em um primeiro momento, a Educação Especial se organizou como atendimento educacional especializado, que teria como objetivo substituir o ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que acabaram levando à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais para atender a esse público. Com o passar do tempo e tendo em vista a necessidade que essas pessoas tinham e que precisavam viver em comunidade com as pessoas ditas “normais”, a criação de leis que obrigassem a entrada e permanência de indivíduos com deficiência ou transtornos na escola regular passou a vigorar e obrigar as instituições de ensino a adaptar seu ambiente e formar seus professores para receberem adequadamente os novos alunos.

Essa transformação passou a exigir das instituições um novo perfil de administração e aos professores uma nova forma de ensinar. As formações continuadas passaram a ser essenciais para que os profissionais da educação se sentissem aptos a exercer aquilo que estava sendo proposto. No decurso desse período, muito se foi falado da importância que o docente iria ter para promover a melhoria da convivência e da aprendizagem do aluno com deficiência em sala de aula, sabendo que, enquanto o aluno estivesse em território escolar, seria ele o maior mediador nas ações e práticas educacionais.

Neste conjunto de ideias, o presente trabalho visa abordar especificamente a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na educação de escolas normais, trazendo uma nova reflexão sobre a integração desses indivíduos e a participação efetiva dos profissionais da educação, entendendo como funciona o processo de desenvolvimento e aprendizagem. O autismo, como um transtorno do neurodesenvolvimento, é caracterizado pela dificuldade na interação social e na comunicação, comportamentos repetitivos, manifestações comportamentais e desenvolvimento atípico, podendo afetar uma área ou mais, a depender do nível que a criança possua (DSM-5 TR). Dessa forma, a importância do docente na inclusão da criança com TEA na escola se torna ainda maior, pois além de minimizar as dificuldades do aluno com autismo e facilitar o seu aprendizado, incluindo-o no currículo comum e participando das atividades coletivas, é possível que o mesmo seja o primeiro a notar os comportamentos atípicos do aluno. Sendo necessário um olhar humanizado e solidário ao novo mundo que será apresentado à família, aos alunos em sala de aula e ao próprio indivíduo.

Nessa perspectiva, o objeto de estudo deste artigo é uma análise sobre as características da criança autista e uma reflexão sobre o papel do professor enquanto agente de inclusão. De modo que, através de um estudo bibliográfico sobre a origem, a caracterização do Transtorno do Espectro Autista, o diagnóstico, a definição de inclusão e por meio do estudo da teoria do desenvolvimento e aprendizagem de Vygotsky e como ela se encaixa na realidade da sala de aula e de alunos atípicos e típicos, vamos construir toda a base do projeto.

Para obter respostas acerca da problematização apresentada foi utilizado o método descritivo, com a finalidade de estudar e entender como o autismo se manifesta em seus diagnosticados e o papel do professor mediador no processo de desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças. Com tudo, a pesquisa se baseou nos documentos regulamentadores de doenças e transtornos (DSM), além dos autores, Vygotsky, Meier e Budel. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo bibliográfico no qual os

conceitos observados foram através dos textos “Mediação da aprendizagem na Educação Especial” e “Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotsky: A relevância do social”. O estudo terá caráter qualitativo com ênfase no estudo documental, relacionando a teoria vigotskiana à realidade de sala de aula.

Por esse motivo, a pesquisa ofertará uma nova percepção da inclusão de crianças autistas, cooperando com o desenvolvimento do trabalho de profissionais da área de educação especial e infantil, a fim de possibilitar aos seus leitores novas reflexões e progressos para o ensino verdadeiramente inclusivo.

2 DESENVOLVIMENTO

Os estudos sobre os transtornos mentais começaram tardios, a priori, entendidos como, possessões demoníacas, castigos divinos e desequilíbrio corporal, até poder ser entendido como doença, classificados pelo mesmo tipo de distúrbio e visto pela sociedade como alienados. Por volta do século XIX os sujeitos que apresentavam qualquer traço atípico de comportamento eram intitulados como “loucos”, jogados em centros psiquiátricos ou marginalizados, podendo até ser presos pelos seus comportamentos anormais. (Cenat, 2024)

Em 1857, o psiquiatra Benedict Morel, intitulou o termo “demência precoce”, no qual definiu que cada indivíduo carregava em si traços (taras, vícios e traços mórbidos) dos seus antepassados que poderiam ser a causa dos distúrbios mentais. Trazendo uma nova versão para as causas dos transtornos mentais. Mesmo com um novo título, a caracterização continuava a mesma, seguindo princípios dos quais o transtorno era advindo de causas pré existentes e que não explicadas por meios científicos. Aliado a novas pesquisas e estudos, novos conhecimentos sobre os transtornos passaram a ser investigados, diferentes nomeações, causas e fatores foram diferenciando cada um dos distúrbios, o que permitiu que tratamentos específicos fossem sendo desenvolvidos e abordados com cada sujeito. (Tamaha, 2008)

À medida que os estudos avançavam, os transtornos iam ganhando nomenclaturas, e a primeira vez que o termo “autismo” foi usado para definir um sintoma de transtornos mentais, foi pelo psiquiatra Eugen Bleuler que usou o termo para diagnosticar um sintoma da esquizofrenia. Conhecido como “os quatro As de Bleuler”: alucinações, afeto desorganizado, incongruência e autismo. Apesar de já ser tratado como algo que ocasionava as crianças, os estudos da época afirmavam que os fatores que acarretavam aqueles comportamentos eram oriundos da formação que os pais, em específico as mães, davam aos seus filhos, tratamentos frios, sem amor e com pouco contato interpessoal, o que gerava nas crianças um processo de “viver” para si mesmos.

Em 1943, após investigar 11 pacientes com esquizofrenia Leo Kanner afirmou que havia a existência do que ele chamou de “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” e tinha como manifestações: (Tamaha,2008)

Perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. (Kanner, 1943 apud Tamaha, 2008).

Apesar de acreditar que ainda existiam fatores familiares que interferiam no surgimento e desenvolvimento de tal transtorno, Kanner não deixou de fora a possibilidade de fatores biológicos influenciarem a aparição das desorientações mentais que o autismo causava, já que os sintomas eram percebidos nos primeiros anos de vida do indivíduo.

Outro importante psicólogo que contribuiu de forma significativa e que ofereceu ênfase para a formação de um diagnóstico mais preciso sobre o autismo foi Hans Asperger, em 1944, que nomeou sua nova descoberta de Síndrome de Asperger. Diferente do Transtorno Autista, as pessoas acometidas pela síndrome de Asperger não possuem deficiência intelectual, nem movimentos repetitivos ou atrasos significativos na linguagem. As principais características desse transtorno global do desenvolvimento é o déficit na comunicação e na interação social, podendo apresentar outros sintomas. (Meier e Budel, 2012)

Certamente todos esses estudos contribuíram para que uma definição fosse elaborada sobre o Transtorno do Espectro Autista, dando a muitas crianças a chance de receber uma oportunidade de tratamento adequado e que potencializasse as suas qualidades e amenizasse os seus distúrbios. Permitindo que os profissionais e familiares que conviverem com essas crianças tenham a chance de compreender em maior profundidade os aspectos que esse tipo de Transtorno causa, a forma adequada de lidar com cada déficit e de que maneira os mesmos podem contribuir para um desenvolvimento progressivo e verdadeiro.

A definição do Transtorno do Espectro Autista só veio ser estabelecido depois de longos períodos e por um fator crescente, o aumento nos casos de sintomas que coincidiam com o que estava sendo abordado a séculos atrás. Percebendo também que existiam diversas nomenclaturas para caracterizar um mesmo problema, em 2013 foi incluído o termo “Espectro” definindo que existiam mais de um tipo de síndrome na qual se encaixasse no transtorno, podendo apresentar os mesmos sintomas ou variados em pessoas diferentes. A depender do caso, o paciente com mesma idade, realidades sociais parecidas, podem manifestar sintomas diferentes para a mesma causa.

O termo “espectro” foi inserido ao nome do transtorno autista em 2013, por conta da diversidade de sintomas e níveis que as pessoas apresentam. Cada indivíduo com autismo tem seu próprio conjunto de manifestações, tornando-o único dentro do espectro. (Instituto Albert Einstein, 2022).

O transtorno do Espectro Autista se caracteriza nas alterações que afetam o desenvolvimento social do indivíduo, atingindo aspectos como a comunicação social, interação social e comportamentos estereotipados restritos ou repetitivos, fazendo com que o mesmo tenha dificuldades de viver em sociedade de forma típica. Por se tratar de um Espectro seus sintomas não são globais para todos, diferem de indivíduo para indivíduo e de acordo com o grau apresentado pela criança. Podendo manifestar-se durante todo o período da infância, em especial durante os 3 (três) primeiros anos de vida do indivíduo. (Klin, 2006)

Percebe-se assim que os sinais aparecem logo no início da vida, período de desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico e social da criança, necessitando que, o olhar dos responsáveis seja de completa atenção, para que qualquer sinal de

comportamento atípico possa ser identificado e analisado. Entendendo também que, algumas crianças podem apresentar atrasos e comportamentos irregulares mas que não vão caracterizar necessariamente um transtorno.

O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aponta que a criança com autismo está incluída no grupo dos transtornos globais do desenvolvimento. Definindo da seguinte forma:

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (Brasil, 2008, p. 9)

Nesse sentido, o documento nos revela que crianças que possuem TEA se encaixam nos transtornos globais do desenvolvimento e que devem integrar de forma legal as escolas regulares. Para essa inserção na escola normal, é importante entender as formas como o autismo se apresenta e a maneira como lidamos com ele. Os sintomas podem variar de acordo com a criança e sua faixa etária, podendo apresentar características como dificuldade de se relacionar com outras pessoas, seja em conversas curtas ou dar continuidade a conversas mais longas, dificuldade em entender o outro, suas expressões faciais e corporais, preferência por atividades individuais, cores, formas, sons, atraso ou falta de linguagem verbal, falta de compreensão em gírias, piadas, metáforas, resistência a mudança de rotina, movimentos estereotipados, fascínio por movimentos, principalmente circulares, e outros vários aspectos que caracterizam o Transtorno do Espectro Autista. (Volkmar e Wiesner, 2018)

O Manual de Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM), em sua última atualização, o DSM – 5 - TR (2023) trouxe algumas modificações na forma de diagnosticar o TEA, permitindo maior clareza e especificação dos níveis.

Os critérios de diagnósticos do TEA foram divididos em quatro grandes categorias: A (Déficits persistentes em comunicação e interação social), B (Padrões repetitivos e interesses restritos de comportamento e atividades), C (Presença dos sintomas na idade precoce da vida e em contextos sociais), D (Sintomas em conjunto devem limitar a funcionalidade da criança por exemplo, a funcionalidade acadêmica ou social). (p. 8)

Partindo desses critérios e da associação dos vários sintomas, a identificação das crianças com TEA se tornou mais fácil e menos preconceituosa. O diagnóstico precoce vai permitir que seja feito um acompanhamento especializado e individualizado para a criança, dando a ela uma chance de conviver em sociedade com maior facilidade e sem lhe causar mais danos. Uma diagnose bem feita permite também que uma intervenção possa ser elaborada de modo mais adequado para a criança e seja feito um trabalho em conjunto entre família, escola, médicos e terapeutas.

Com um diagnóstico em mão e definido o nível em que o paciente se encontra, a abordagem pode ser elaborada. Sendo assim, sabemos que cada indivíduo é único e que cada caso precisa ser estudado particularmente, entendendo o que cada grau exige e necessita de apoio. Posto isso, o DSM-5- TR vai trazer em sua resolução os três níveis em que o TEA se apresenta, sendo o nível 1 o mais brando no qual o paciente apresenta

alguns sintomas de Autismo, mas, de forma mais leve e em alguns casos imperceptíveis aos olhos comuns, sendo mascarados e comparados a “timidez”. Nesse nível o apoio pode não ser necessário, apenas algumas terapias ajudem o indivíduo a desenvolver suas habilidades sociais com mais facilidade.

Em relação à comunicação social, deve ser evidente um prejuízo notável, dificuldade para iniciar interações e presença de respostas atípicas dentro do contexto social... Em síntese refere-se a dificuldade em trocar de atividade e problemas para organização e planejamento. (DSM-5- TR, p.15)

O nível 2 é considerado moderado e exige um suporte maior (comparado ao nível 1) para aquele indivíduo. Nesse nível a criança irá apresentar os mesmos sintomas do primeiro, mas, em maior intensidade, necessitando do apoio dos responsáveis para exercer algumas atividades básicas do cotidiano humano.

Há déficits graves nas habilidades de comunicação verbal e não verbal, prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio... Há grande dificuldade de lidar com mudanças, trocar e o foco e presença de comportamento repetitivo. (DSM-5, p.16)

Por último, o nível mais grave do transtorno, se apresenta de modo mais grave em que algumas atividades se tornaram difíceis de serem realizadas sozinhas, necessitando de um apoio. O nível 3, é a forma mais severa em que o TEA se encontra, podendo causar em seus portadores uma redução na cognição e um atraso de fala notório.

Há grande limitação em dar início a interações sociais e abertura social mínima. Interage somente para satisfazer as necessidades individuais por meio de abordagens incomuns. Apresenta inflexibilidade de comportamento, gerando perdas acentuadas no funcionamento. (DSM-5, p.16)

Todos os 3 (três) níveis apresentados constituem o Espectro Autista, limitando aos seus integrantes habilidades básicas do convívio social, colocando-os à margem da sociedade e excluídos de uma vida compreendida como normal. O diagnóstico permite a eles uma chance para integrarem uma sociedade que precisa excluir seus preconceitos e aceitar aqueles que são diferentes dos seus padrões pré estabelecidos. Incluindo esses personagens em suas rotinas, enxergando-os como seres que precisam de um auxílio, além dos seus responsáveis, mais de todos os que o rodeiam, sendo responsabilidade nossa interagir e permitir que eles se sintam parte de uma sociedade.

Além de entender como os níveis se dividem é significativo compreender como o diagnóstico é realizado. Sabendo que, todo o processo é longo e demandará experiência de profissionais qualificados e suscetíveis a assimilar o indivíduo como um ser em constante descoberta e crescimento. Os primeiros a perceberem os sinais são os familiares ou pessoas que tenham convívio com a criança, como os professores, nos casos mais graves é perceptível o comportamento incomum, o que leva a um diagnóstico mais imediato, no caso do nível (mais leve), os sintomas podem ser mascarados pela timidez ou atraso comum no desenvolvimento, sendo apenas na vida adulta que o próprio indivíduo identifica traços do Transtorno e busca ajuda. Esse diagnóstico deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar (Psicólogo, psicopedagogo, neurologista, psiquiatra) e após longos períodos de observação e relatos de pessoas próximas.

Logo em seguida, após feito o diagnóstico e iniciado o processo de terapia, o próximo passo é incluir esse sujeito na sociedade onde ele vive, obviamente não é rápido e executado de qualquer maneira, é necessário primeiro buscar a conscientização do próprio indivíduo a respeito de si mesmo, para que então ele possa saber identificar em qual ambiente se encaixa. As pessoas ao seu redor precisam compreender que aquele sujeito é alguém capaz de realizar o que lhe for proposto diante de mediação.

Na perspectiva do que foi posto anteriormente, a escola, se torna o centro dessa inclusão, e o professor o principal agente, pois é a partir dela que o indivíduo, seja ele típico ou atípico, começa a desenvolver as suas habilidades de interação social, sendo a escola a porta da inclusão, passando a ser um processo fundamental para a integração da criança com qualquer tipo de deficiência. Nela reunimos todos os tipos de diferenças e precisamos saber atender e incluí-las em um só meio, para que as crianças possam se ver como pessoas e apesar das diferenças, enxergar que é possível conviver e respeitá-las.

A inclusão é um processo contínuo e lento que necessita sempre de um olhar preciso do profissional que está executando essa ação, é importante deixar claro que, independentemente das circunstâncias, onde há crianças, sejam atípicas ou típicas, todas precisam ser incluídas em sala de aula, pois sabemos que cada uma em seu individual irá apresentar dificuldades de aprendizagem e socialização. Porém, em específico as crianças atípicas, vão exigir dos profissionais uma percepção mais atenta e efetiva.

Primordialmente, precisamos entender o que significa o ato de incluir, será que só ele é o suficiente para fazer com que uma criança atípica se sinta pertencente ao lugar que está ou que realmente possa aprender e se desenvolver por completo? Meier e Budel vem trazendo que incluir não é o bastante, é necessário que outros verbos se juntem a essa ação para que ela possa ser realmente concretizada na vida de quem a necessita.

Incluir é inserir, é colocar dentro, é conter. Por isso dizemos que incluir não basta. Inserir na escola comum a pessoa com deficiência, com transtorno, com altas habilidades, seja lá em qual categoria se classifique, é simplesmente inserir, “adentrar”, mas não é integrar, é aceitar, não é tornar o indivíduo parte desse contexto, não é permitir-lhe ser parte. (Meier e Budel, p.16)

Ou seja, o processo de inclusão vai muito além do que só permitir que aquele aluno frequente a escola normal, é importante que as pessoas ali presentes entendam que é preciso aceitar a diferença, que ela está no nosso cotidiano e precisamos integrá-la como um ato normal, para que assim ela se sinta realmente incluída no ambiente, fazendo e sendo parte daquilo que a estrutura escolar vai possibilitar. Tornando a educação um local de transformação, pelo qual o indivíduo entrará de um jeito e sairá de outro, pronto para fazer lá fora o que foi aprendido dentro do ambiente estudantil. E para que isso aconteça é importante entender que a educação especial, vai muito além do incluir pessoas com deficiência nas instituições normais, é preciso reconhecer que existe uma diferença e que além dela existe uma pessoa, que merece os mesmos tratamentos de pessoas típicas. As atitudes precisam mudar e serem vistas nas práticas pedagógicas, possibilitando que todos se sintam respeitados e capazes de mostrarem suas habilidades.

A escola precisa oferecer ao aluno com deficiência um ambiente estrutural adequado e acessível às suas necessidades, profissionais capacitados e materiais adaptados. As instituições de ensino necessitam entender que todos esses itens citados anteriormente, permitem que o discente se sinta pertencente ao ambiente, como alguém

que merece estar ali e que a presença dele no dia a dia se faz importante. Proporcionar um local favorável ao desenvolvimento da criança gera nela a sensação de poder ser o que quiser, fazendo com que a mesma sinta a necessidade de evoluir.

Por educação especial entendemos a educação que oferece aquilo de que a pessoa precisa, que atende às necessidades peculiares de cada um, que contribui para o seu adequado desenvolvimento, que faz com que o ser humano – aluno, estudante, pessoa com deficiência ou qualquer que seja a denominação atribuída – sinta-se respeitado e valorizado nas suas capacidades. (Meier e Budel, p.9)

Conhecer o indivíduo que está em sala de aula é dever do professor e é essencial para a montagem adequada do planejamento escolar. A partir do que se percebe no aluno, o docente pode elaborar e desenvolver metodologias que afetem e provoquem o desenvolvimento da criança e promovam uma aprendizagem significativa. De forma, singular, o autismo afeta o sujeito de diversas formas, além de problemas comportamentais e de concentração, o social será atingido, o que irá interferir muito no desenvolvimento dessa criança em sala de aula e é primordial que o professor compreenda que cada criança com TEA apresentará um comportamento diferente dos demais e que exigirá dele uma metodologia diversificada. Não apenas propor soluções para manter a concentração sempre presente, ou fazer atividades mais didáticas, que vai permitir que a criança autista se desenvolva intelectualmente, mas promover meios de desenvolver o social, a comunicação e a interação com o outro.

Saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas da vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimentos e aprende. (Bossa, 2000, p.37)

Identificar o que pode proporcionar um convívio entre as outras crianças e o aluno com deficiência, perceber quais interesses eles têm em comum e que podem ser trabalhados juntos é de responsabilidade do professor. Entender que a criança também tem seus próprios gostos, desejos, vontades e saber mediar as dificuldades, com ações que causem desejo de participação é importante. Notar o indivíduo como agente do seu próprio desenvolvimento é permitir que o mesmo se enxergue com altivez, dando relevância às principais características de cada um. Expandir a forma como o sujeito se avalia é dar a ele uma chance de evoluir de maneira significativa e de valor, aprendendo a tolerar as suas dificuldades e limitações e aplicando em suas inseguranças melhorias. A criança na educação escolar, entra com medos e vulnerabilidades que são normais para o primeiro contato com outras crianças e em um ambiente desconhecido, o que exige do profissional um olhar cauteloso e acolhedor, para que os mesmos consigam se sentir parte do ambiente.

Incluir a criança nas brincadeiras, atividades coletivas, rodas de conversas, contações de histórias, é importante para ele e as demais crianças aprenderem a lidar com o diferente e respeitar as dificuldades que cada indivíduo apresenta. Esse processo de inclusão incentiva nas outras pessoas o senso de coletividade, a busca em ajudar o colega, a querê-lo por perto, participando dos processos educacionais e desenvolvendo habilidades de socialização.

Sabendo que essas crianças irão apresentar um quadro de socialização diferente das demais, é importante que o professor saiba como intervir e ajudar o indivíduo a

desenvolver hábitos de socialização com os colegas de classe. O que muito se constata em determinadas escolas onde não há uma inclusão das crianças autistas, é que por sua vez outras crianças ditas “normais” tendem a deixar de lado as outras (atípicas), porque elas não conseguem se comunicar de forma coerente, não sabem brincar, ou brincam de maneira diferente com determinados brinquedos. Por isso, a necessidade de o docente ter um olhar atento à forma como os demais alunos interagem com aquela criança, para que, ele possa interferir diretamente nas ações que não condizem com práticas inclusivas.

Mediar as relações entre os indivíduos favorece o crescimento da criança autista, ser incentivador da comunicação, da linguagem verbal e não verbal, amplia as chances do sujeito de desenvolver as habilidades básicas de socialização. Incentivar a criança a ser o protagonista da sua própria aprendizagem fortalece nela a capacidade de se entender como ser humano igual aos outros.

Nessa perspectiva, é interessante que a criança possa ser imersa no ambiente cultural em que vive, que ela possa a partir das experiências com os outros desenvolver suas habilidades, seus sentimentos e o modo como enxerga as coisas ao seu redor, independentemente de suas dificuldades e medos. Vygotsky em suas pesquisas nos alerta da importância da interação social para o desenvolvimento dos indivíduos, em especial aqueles que possuem algum tipo de transtorno. Góes (2002, p. 98) nos faz pensar:

Em suas perspectivas (Vygotsky, 1981, 1984, 1987), os processos humanos têm gênese nas relações sociais e devem ser compreendidos em seu caráter histórico-cultural. O homem significa o mundo e a si próprio não de forma direta, mas por meio da experiência social. Sua compreensão da realidade e seus modos de agir são mediados pelo outro, por signos e instrumentos, isto é, são constituídos pela mediação social-semiótica. Assim, a formação do funcionamento subjetivo envolve a internalização (reconstrução, conversão) das experiências vividas no plano intersubjetivo.

Vygotsky aponta nos seus estudos o impacto que o social tem na formação de cada indivíduo, é a partir desse contexto que nós passamos a nos reconhecer enquanto grupo, pessoa e ser humano, onde definimos os nossos gostos e vontades e passamos a dizer não para aquilo que não nos agrada, viver em sociedade é permitir que cada criança conheça o mundo de diversas formas, ângulos e jeitos, culturas, sons e estruturas, é deixar que ela possa sozinha enxergar o lugar no qual faz parte. Propor atividades que incluam todas as crianças em um mesmo ambiente, faz com que sejam criando laços, uma própria forma de se comunicar, de entender que apesar do colega não falar de forma correta, ele entende o que está sendo dito e que pode-se explicar a brincadeira ou a atividade que será realizada faz com que o aluno com TEA sinta vontade em participar dos momentos propostos. De acordo com Freitas (2013, p.17),

Desenvolver uma “atitude inclusiva” não significa apenas conduzir sujeitos para dentro de disciplinas e fronteiras acadêmicas. O que está em questão é enxergar o outro sem reduzi-lo às marcas de seu corpo; às mutilações que sofreu ou as ineficiências que seu organismo expõe quando comparado a outro.

O processo de inclusão não é fácil, exige esforço e determinação dos profissionais que estão à frente desse procedimento, mas, não é algo irreal e inalcançável, precisa de muita informação e capacitação para que a diferença possa ser feita. Entender que apesar

das inaptidões que a deficiência irá gerar em seus sujeitos, eles são capazes de aprender e desenvolver aquilo que lhes for oferecido, sem iniciativas não há como ter mudanças, é preciso fazer o mínimo para que futuramente possamos enxergar o crescimento daquela criança. Para isso, é necessário que o educador conheça as dificuldades de seus alunos, mas, que saiba como utilizar das metodologias para pôr em prática em sua sala de aula uma aprendizagem significativa.

Outro ponto importante, é saber como a aprendizagem ocorre, entender os meios que compõem esse método e a maneira como as crianças assimilam as informações. Antemão, o processo de aprendizagem não ocorre de forma igualitária para todos, cada sujeito tem seu tempo e modo de aprender, mesmo não apresentando nenhum déficit neurológico, logo é necessário revisitar as carências de cada um para que seja elaborado um cronograma de atividades e metodologias para o desenvolvimento da turma, contemplando em um planejamento todos os alunos e não apenas aqueles que sabem mais ou menos. O olhar do professor precisa ser atencioso no que se refere a aquisição de novos conhecimentos, perceber através dos gestos dos alunos, das poucas interações em aula, das conversas com os colegas o que causa desconforto e interfere na assimilação daquilo que está sendo transmitido. Essa percepção por parte do docente permite que o mesmo consiga focar na dificuldade da criança e elaborar propostas que vão reverter o processo de dificuldade, tornando possível que o aluno compreenda e aplique no seu dia a dia o que foi aprendido em sala de aula.

Para isso, é preciso saber mediar as chances de progresso da criança, principalmente as que possuem algum transtorno, tornar o planejamento flexível, as atividades adaptáveis, exibir os conteúdos de forma mais concreta, de modo que as crianças possam manusear, visualizar, desenhar, e da maneira delas explicar o que foi aprendido, é incluir, integrar e aceitar o indivíduo como ele é, em sua completa personalidade. Repensar o planejamento, para que seja acessível a todos, é oportunizar as crianças a aprenderem algo novo, mesmo diante de suas limitações, é gerar autoconfiança, senso de pertencimento, prazer no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento das habilidades de comunicação.

Avaliar a criança de acordo com o que ela é capaz de aprender e buscar alternativas para elucidar as dificuldades torna o meio de inclusão mais fiel ao seu significado. Não avaliar de forma padronizada todos os alunos, é consentir que cada indivíduo em sua totalidade seja responsável pelo seu processo de aprendizagem e seja avaliado conforme o que foi apto a produzir e ser capaz de aprender, entendo que mesmo que de formas e tempos diferentes, cada sujeito desenvolverá suas competências e não se faz justo avaliá-los da mesma maneira. Assim, o professor permite que a longo prazo o aluno busque sozinho os seus próprios conhecimentos. Em razão de desenvolver a autonomia desses indivíduos, contribuindo para o crescimento individual de cada criança Autista.

Vygotsky (1998) defende que a aprendizagem da criança está ligada diretamente com o contexto em que ela está inserida. Esse processo começa em casa, com seus familiares, que vivem em uma mesma realidade e compartilham em sua maioria das mesmas vontades, mas, a partir do momento em que a criança começa a frequentar a escola, o choque cultural e social fica escancarado em seu meio, já que ela terá que lidar com realidades diferentes da sua. Esse choque permite que a criança tenha ou passe a construir um senso de criticidade sobre o mundo. Baseado na forma como ela irá interagir

com seus colegas em sala, seus professores e funcionários da instituição, juntamente com seus familiares ela vai formulando seu pensamento psicológico e com o passar do tempo não será mais necessário a intermediação de outras pessoas para que ela possa opinar sobre diversos assuntos. Vygotsky buscava “explicar como a maturação física e a aprendizagem sensório-motora interagem com o ambiente, que é histórico -e em essência social- de forma a produzir as funções complexas do pensamento humano” (Palangana, 2015, p. 81)

O processo de aprendizagem desenvolvido por Vygotsky nos traz uma nova perspectiva sobre o entendimento do mundo e das influências que sofremos dele. É o contato com o externo que faz com que de forma simplória nosso interno possa ser formado. A criança no Espectro Autista apresentará dificuldades nesse interação com o mundo, e fazê-lo entender qual é o seu papel naquele ambiente é tarefa difícil, mas, exige uma intervenção e mediação dos profissionais mais direta, apresentar para a criança o contexto escolar, familiar e social de maneira concreta e que possa ser visível no cotidiano dela, facilitará a forma como a mesma irá aprender a desenvolver suas habilidades no contexto social. Tornar esse ambiente favorável para criança, possibilita que a mesma, em uma condição de sala de aula, com outras crianças da mesma idade, possam trocar ideias e a partir da construção de significados elas consigam desenvolver aspectos individuais e coletivos sobre o meio em que vivem e a maneira como devem agir na sociedade, compreendendo regras básicas do convívio social.

Outrossim, Vygotsky, estudou a linguagem, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, chegando a conclusões que, todas têm interferência do meio social, da relação com outras pessoas e a depender do caso podem ou não interferir na conexão desses três pontos. Assim como o social é afetado no transtorno do espectro autista, a linguagem sofrerá suas reduções. O contato em família pode não favorecer o desenvolvimento dessa fala, visto que, é um ambiente em sua maioria formado por adultos, com linguagens diferentes e meios de se comunicar além da forma verbal. A passagem na escola permite que a criança com TEA tenha contato com crianças da sua faixa etária e que por mais que apresentem um desenvolvimento superior, ainda está na fase de desenvolvimento que a criança com autismo, que se estimulada da forma correta pode chegar a um crescimento maior. Assim, volto a dizer do papel que a escola tem para auxiliar no crescimento do indivíduo com Autismo, produzindo repertório linguístico, a partir das interações, com os professores e colegas.

A linguagem para Vygotsky é de extrema importância, ela revelará o nível em que a criança está de desenvolvimento, o estudioso divide esse momento em dois pilares o “caráter intersíquico” que tem ligação direta com a forma como os indivíduos vão interagir com os outros, aquilo que eles vão aprender a partir da mediação de outras pessoas. E o “caráter intrapsíquico” no qual os mesmos, sozinhos, são capazes de construir seus próprios questionamentos.

Nesse sentido, a construção do real, parte do social (da interação com as outras pessoas) e gradativamente, vai sendo internalizada pela criança, tornando-se individual. Essa é a forma mediatizada pela qual a criança se apropria do conhecimento historicamente produzido e socialmente disponível. (Palangana, 2015, p.86)

Sendo assim, podemos perceber o quanto o indivíduo pode ser influenciado e internalizar as ações que seus superiores possuem a partir do convívio diário, demonstrando o quanto eles se espelham em quem está ao seu redor, podendo pegar para si esses comportamentos. Dessa forma, compreendemos assim que o meio influencia o processo de socialização da criança e por mínima que ela seja pode causar impactos verdadeiros no seu desenvolvimento. Assim é interessante que a criança que possua distúrbios, transtornos e dificuldades comuns possa viver socialmente, assim ela internalizar comportamentos de outros que podem auxiliar no avanço e minimização dos problemas. Principalmente as crianças com TEA, que apresentam dificuldades em interação social, mantê-las em ambientes que possam possibilitar essas interações as ajudará de forma indireta a naturalizar e maturar comportamentos de comunicação, linguagem corporal, sinalização de dificuldades e controle emocional.

A relação entre aprendizagem e desenvolvimento abordada por Vygotsky é analisada e embasada a partir de três concepções diferentes, a primeira Piagetiana, na qual o filósofo define esses processos como:

Fundamenta-se no pressuposto de que o desenvolvimento é um processo maturacional, que ocorre antes e independentemente da aprendizagem. Esta por sua vez, consiste num processo puramente externo, que não desempenha papel ativo no desenvolvimento; apesar de utilizar os progressos feitos pelo desenvolvimento, a aprendizagem não o influencia nem o direciona... De acordo com essa perspectiva, é preciso haver determinado nível de desenvolvimento para que certos tipos de aprendizagem sejam possíveis. (Palagana, 2015, p. 105)

A segunda concepção parte de uma perspectiva comportamentalista, na qual seus teóricos viam o processo desenvolvimento-aprendizagem como sinônimas, entendo que se houvesse um número considerável de aprendizagem o desenvolvimento viria em seguida.

Defendida especialmente pelos behavioristas ou comportamentalistas, postula que aprendizagem é sinónimo de desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento a acumulação de respostas aprendidas. De acordo com essa concepção, o desenvolvimento ocorre simultaneamente à aprendizagem, em vez de precedê-la (Palagana, 2015, p.105)

Por fim, a terceira concepção traz a abordagem dos gestaltistas, o qual aponta que os dois processos estão interligados, um influencia o outro, acontecendo de forma simultânea, no decurso que um está o outro também estará acontecendo.

Os gestaltistas sugeriram que desenvolvimento e aprendizagem são dois processos independentes, que interagem afetando-se mutuamente: aprendizagem causa desenvolvimento, e vice-versa (Palagana, 2015, p.106)

Para Vygotsky, todas essas definições são complementares, a depender da forma como o indivíduo vai se expandir em cada um deles. Esses processos também estão interligados ao modo como a linguagem é desenvolvida na criança, pois para que haja aprendizagem e desenvolvimento é necessária comunicação, conversa entre as pessoas

que estão transmitindo e recebendo as informações, entender que a aprendizagem ela está presente na vida do indivíduo desde o momento do seu nascimento, o processo de aprender a respirar, se alimentar, chorar como meio de pedir algo, são ações que vão sendo desenvolvidas ao longo dos tempos e se tornam aprendizados. Vygotsky: “reconheceu que esses dois fenômenos são distintos e interdependentes, um torna o outro possível” (Palagana, 2015, p.107)

Vygotsky enxergava no processo de aprendizagem uma abertura para o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, o que gerava um crescimento além do intelectual, era transformações para a vida. O exemplo passa a ser o meio como as crianças desenvolvem o seu jeito de agir, essencialmente no ambiente escolar, principalmente para aqueles que espelham os comportamentos dos adultos, na forma como acharem adequadas. A criança com autismo pode ser inspirada a partir do comportamento do colega de sala de aula, a maneira como brinca, fala, corre, come e interage com os outros.

Ademais, o desenvolvimento é visto por Vygotsky como um processo que necessita ser dividido em três momentos distintos, dos quais juntos darão significado a cada etapa vivenciada pelo estudante. Para ele cada pessoa apresenta três estágios de desenvolvimento, não necessariamente em momentos diferentes da vida, mas, enquanto for capaz de pensar e agir ele poderá se encontrar em um desses três, pensando que desenvolvimento é uma busca constante de todo ser humano.

O primeiro nível é denominado de “desenvolvimento real ou afetivo”, nessa fase o indivíduo consegue realizar as atividades sem ajuda, com base apenas no que ele possui de conhecimento; A segunda, é a “zona de desenvolvimento potencial”, no qual o sujeito só realiza as atividades com a ajuda de alguém ou ainda não consegue realizar. Entre esses dois processos existe a “zona de desenvolvimento proximal” (ZDP), que é definida como o processo de mediação de tarefas, exemplificando, algo que a criança só consegue fazer com a ajuda de outro, e necessita de uma intervenção do professor, o mesmo irá mediar a situação incentivando e criando meios para que posteriormente aquela criança consiga realizar a atividade sozinha. É nessa zona que o docente terá um papel mais ativo, pois é nela que ele auxiliará no desenvolvimento de novas habilidades. A partir dela, o professor poderá criar metodologias que interfiram na aprendizagem e possam gerar ações de compreensão por parte do aluno, mesmo que executadas de maneiras diferentes das que forma propostas.

Segundo Vygotsky existe uma “zona de desenvolvimento proximal”, que se refere à distância entre nível de desenvolvimento real - determinado pela solução de problemas independentemente da ajuda alheia- e o nível de desenvolvimento potencial, determinado com base na solução de problemas sob a orientação de adultos ou companheiros mais capazes. A zona de desenvolvimento proximal constitui-se por aquelas funções que ainda não estão maduras, mas sim em processo de maturação, quer dizer, que ainda se encontram em estágio embrionário. (Palagana, 2015. p. 108)

Seguindo com base na reflexão exposta por Vygotsky sobre desenvolvimento, aprendizagem e linguagem e fazendo um parâmetro com o processo de aquisição de crianças com TEA podemos adaptar o que foi exposto para ser praticado em sala de aula,

para que haja esses processos é necessário a intermediação de adultos, no ambiente escolar o responsável por essa função é o professor, que precisará mediar as construções de relações entre criança típica e atípica, ajudando a desenvolver a sua comunicação social, seja ela feita, por meio da fala, de gestos, de sons, ou movimentos. É necessário criar um ambiente acolhedor para todos, no qual cada um consiga se comunicar da sua forma. Além de interligar as comunicações, o professor precisa pensar nas alternativas que a criança aprenderá conteúdos escolares, pondo em prática a mediação exposta por vigotsky, mediando e fazendo com que a criança consiga realizar por si só o que está sendo trabalhado. É preciso que o docente tenha um olhar mais atento às dificuldades na execução de atividades, para que ele possa aceitar, incentivar e integrar o seu aluno autista, encorajando-o a enxergar a si mesmo como capaz, independente das suas dificuldades e assim tornar o aprendizado da criança mais leve e com sentido, gerando autonomia.

A teoria da zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky, permite ao professor entender como funciona o processo de cada criança, ajuda-o a processar de forma mais simples o que foi aprendido, o que está sendo aprendido e o que será aprendido, auxiliando assim no processo de mediação e intervenção. A sondagem com crianças autistas é necessária para delimitar o nível de aprendizagem que a mesma se encontra e o que ela ainda pode aprender sobre aquele determinado assunto. Se faz indispensável que o docente possa a partir da sua realidade de sala de aula atender as necessidades das crianças com dificuldades, o uso de metodologias ativas, permitem que os sujeitos saiam da ZDP para a Zona de aprendizagem real de forma mais rápida e divertida, além de ser uma prática que ajudará não só as crianças com transtornos, mas todos aqueles que fazem parte do contexto escolar. Atividades mais lúdicas e diretas, que priorizam o protagonismo infantil e a independência daquele indivíduo favorece de maneira mais efetiva a aprendizagem, que por conseguinte irá fazer com que aquela pessoa se desenvolva, passando a ter novas habilidades e sendo capazes de por competência exercer tudo aquilo que lhe será exposto.

Dessa forma, o uso da teoria de Vygotsky nas aulas de inclusão e desenvolvimento de crianças atípicas, favorece o crescimento intelectual e social dos indivíduos, lhes dando a chance de serem realmente incluídos no ambiente escolar. Permite que de forma simples, o sujeito desenvolva aquilo que em um ambiente exclusivo para ele, não seja capaz de desenvolver. Existem processos, como esse da socialização, que necessitam que o indivíduo tenha contato com aquilo que é diferente dele, que permita ser desafiado e colocado em situações que exigem dele uma nova postura, momentos em que as dificuldades se tornem mínimas e possam ser superadas. Esses processos permitem que a criança se exponha a situações do cotidiano humano, criem autonomia e independência para resolver seus próprios dilemas, para conquistar seus desejos, estimular sua linguagem a partir de regras básicas do convívio humano, como palavras de agradecimento, ajuda, permissão, posturas que serão base quando a criança se tornar adulta. Sendo capaz de resolver seus próprios dilemas sem a interferência de terceiros, familiares e professores. Todos esses apontamentos feitos, possuem chance de serem realizados, se mediante a uma rede de apoio (equipe multidisciplinar) todos colaborarem para um único objetivo, o desenvolvimento pleno ou razoável (a depender do nível em que o autista possui) daquela criança.

3 CONCLUSÃO

Em suma, o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista vem crescendo a cada ano, cerca de 1 a 2% da população mundial é acometida por esse distúrbio. (CDC,2022) Ou seja uma realidade que a cada ano se torna maior e exige da sociedade uma nova postura de comportamento diante das questões de inclusão. As escolas necessitam adaptar seus ambientes e preparar seus professores para a nova realidade que bate à porta. Não temos mais tempo a perder, as crianças atípicas precisam estar na sala de aula comum, os familiares devem estar preparados para a demanda que será exigida deles e os professores cientes de sua responsabilidade pela educação, é preciso saber mediar, intervir e incluir.

Dada a relevância do assunto no cenário atual, o presente trabalho permitiu uma nova percepção sobre o que se entende por Autismo, a maneira como devemos lidar e os caminhos para que o processo de desenvolvimento dessas crianças possam ser mais ativos e concretos, a fim de que a educação, a inclusão na escola normal, possa ser um caminho tranquilo a ser trilhado, causando impactos positivos naqueles que a frequentam e sendo exemplos para as gerações futuras.

Nesse sentido a postura do professor também passou a ser analisada e questionada, será que o que fazemos em sala de aula realmente está sendo o bastante? Não, o trabalho responde a nossa pergunta, o processo de aprendizagem é contínuo e necessita cada vez mais de inovação, de meios que possibilitem que as crianças com dificuldades possam além de aprender um conteúdo acadêmico, possam desenvolver hábitos de socialização e comunicação e aprender maneiras de se comportar no mundo em que vivem. O professor precisa buscar por si só formas de capacitação, não adianta esperar cursos serem ministrados em suas instituições de ensino, os alunos não podem mais esperar a nossa capacitação para que então possam aprender, não é justo fazê-los esperar mais do que o necessário, sabendo que, comparado as demais crianças suas dificuldades irão interferir de forma mais significativa na maneira como interagem com o mundo. Também não podemos negar o papel das instituições governamentais, não podemos isentá-los de suas responsabilidades sociais, algo precisa ser feito, nossas crianças precisam estudar, aprender a conviver com o outro e serem dignas de oportunidades iguais.

Por fim, entendemos o papel do professor mediador, daquele profissional atencioso, humilde e sensível às necessidades de seus educandos, sabemos que a trajetória não é fácil, as demandas são imensas e as realidades estruturais escassas, mas, enquanto pedagogos, não podemos mais permitir que exclusões em sala de aula sejam feitas, precisamos exigir nossas redes de apoio, com profissionais multidisciplinares e dar a essas crianças e jovens a chance de um futuro mais humano e real.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. (2013). Diagnostic and statistical manual (DSM-5; 5th ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Association

BUDEL, Gislaine Coimbra; MEIER, Marcos. Mediação da aprendizagem na educação especial. **Curitiba: Ibpex**, 2012.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 65-74, 2009.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. Editora Companhia das Letras, 2017.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, p. 5-20, 2008.

GOLDBERG, Karla. Autismo: uma perspectiva histórico-evolutiva. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 6, p. 181-196, 2005.

KANNER, Leo et al. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous child**, v. 2, n. 3, p. 217-250, 1943.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s3-s11, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. 2014.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social**. Summus Editorial, 2015.

PONTIS, Marco. **Autismo: o que fazer e o que evitar: Guia rápido para professores do Ensino Fundamental**. Editora Vozes, 2022.

TAMANAHARA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 13, p. 296-299, 2008.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. Artmed Editora, 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses 4 (quatro) anos de curso, muito se foi vivido, sentido, sonhado e realizado. Momentos ao lado de pessoas especiais que marcaram minha vida para sempre, aulas cheias de imaginação, planos e boas risadas. Foram dias repletos de desafios, mas, que impulsionaram ainda mais a minha vontade de concluir a graduação. A essas pessoas que tanto me incentivaram deixo aqui os meus agradecimentos.

Á Deus, minha gratidão, pela força, discernimento nos momentos difíceis, pela dadaiva da compreensão da ciência e por me permitir viver tudo o que me foi proporcionado nesses anos.

Aos meus pais, Ivanilda e Davi Lima, pelo exemplo e perseverança, por acreditarem em meus sonhos e lutarem comigo todos os dias, pelo apoio incansável e pela fortaleza que por muitos dias sustentaram a minha base fragilizada.

Às minhas irmãs, Mariana e Mayra, pelos momentos de leveza e descontração que me fizeram entender que a vida precisa ser vivida um dia de cada vez. Obrigada por serem minhas maiores apoiadores e admiradoras.

Aos meus amigos, que acompanharam e incentivaram todas as minhas decisões ao longo desses anos e torceram por mim e por cada conquista. Em especial Sara e Catarina, que ao decorrer dessa caminhada compartilharam comigo risadas e choros.

Excepcionalmente, a minha orientadora, Livânia Beltrão, pela paciência e apoio nessa jornada. Sou grata pelo incentivo e por ter feito parte da minha trajetória acadêmica de forma tão única e especial.

Agradeço a banca avaliadora, composta pelas Prof. Ruth Ribeiro e Prof. Diana Sampaio que de maneira especial aceitaram o convite para participar desse momento tão gratificante da minha carreira profissional.

Por fim, deixo aqui os meus agradecimentos a todos que de forma voluntária e involuntária fizeram parte desse caminho tão esperado, me incentivando e tirando de mim o melhor que pude ser nesses anos de graduação.